II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 7

ST7

"A REPÚBLICA NO BRASIL É O REGIME DA FACHADA, DA FRASE E DA POSE": anticomunismo, relações de poder e suas representações no Brasil do século XX

COORDENADO POR


Mariana Palácio de Melo


Paloma Josué Dias


Rubens de A. Quirino

PPGH Unimontes — Programa de Pós Graduação em História Social

LAPPS ufjf — Laboratório de História Política e Social

Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



ST7 . CRONOGRAMA

Simpósio Temático 7

CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

"A REPÚBLICA NO BRASIL É O REGIME DA FACHADA, DA FRASE E DA POSE":

anticomunismo, relações de poder e suas representações no Brasil do século XX

7 DE OUTUBRO DAS 8H ÀS 12H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Mariana Palácio de Melo
Mestranda em História, Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
marianapmelo2019@gmail.com

Paloma Josué Dias
Mestranda, Programa de Pós-Graduação em História e Culturas Políticas (PPGHC/UFRN).
palomajosuedias@gmail.com

Rubens de Andrade Quirino
Mestrando em História, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).
rubensandrade987@gmail.com

SESSÃO ÚNICA

7 de outubro, das 8h às 12h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Um olhar político, um intelectual e a imprensa paraibana: análises políticas de Ademar Vidal no jornal A União	8h10
2	Viver do trabalho e escapar da polícia: saúde pública, religiosidade e repressão aos trabalhadores urbanos no Rio de Janeiro (1895-1929)	8h35
3	Cobre, progresso e imaginário desenvolvimentista: cultura política em Picuí/PB durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)	9h00
4	João Pessoa: mártir da revolução ou estratégia de golpe? A construção de um símbolo político na crise de 1930	9h25
5	Municipalismo-emancipacionista e Comissões Emancipacionistas no Rio Grande do Sul (1988-1996)	9h50
6	A construção do "Brasil Novo": modernização da imprensa no Piauí e a censura no período varguista (1930-1945)	10h15
7	Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, o(s) ISEB(s) e a questão da retomada da cultura brasileira (1958-1962)	10h40
8	A materialidade dos impressos: os periódicos no município de Campanha/MG no século XX	11h05

Um olhar político, um intelectual e a imprensa paraibana:
análises políticas de Ademar Vidal no jornal A União

Maria Joedna Rodrigues Marques[1]

Ademar Vidal (1897-1986) foi um intelectual paraibano que se manteve ativo na imprensa paraibana, entre 1920 e 1940, a partir de colaborações nos periódicos A União, A Novela e Era Nova. Nesses meios comunicativos, as narrativas do intelectual paraibano abordavam temas variados, como análises socioculturais, políticas e críticas literárias. Em particular, destaco os escritos de Ademar Vidal, entre 1924 e 1942, acerca da dimensão política nacional, considerando sua posição posição política e intelectual. Para isso, abordo a sua produção publicada no periódico A União, em decorrência do seu vínculo com o periódico e a circulação dessas publicações. Desta forma, problematizo as análises feitas por Vidal sobre o contexto nacional, com ênfase em narrativas que evidenciam os conceitos de nacionalidade e patriotismo, no intuito de indagar como esses escritos refletem a composição de uma narrativa republicana para o Brasil, ainda na primeira metade do século XX. Como fontes, recorro às digitalizações do periódico A União, resguardados no site do periódico e das versões disponíveis no Instituto Histórico Geográfico Paraibano (IHGP). Em dimensões teóricas-metodológicas, utilizo as contribuições de José D'Assunção Barros (2019; 2023) acerca do jornal enquanto fonte histórica, para refletir sobre o cenário da imprensa jornalística na Paraíba, aproveito as colocações de Gilson Souto Maior (2023), e no intuito de compreender a atuação intelectual de Vidal, considero as elaborações feitas por Jean-François Sirinelli (2003) Angela de Castro Gomes e Patricia Santos Hansen (2016); para refletir sobre os usos da categoria política a partir de uma perspectiva social, recorro a René Remond(2003) e Lúcia Lippi Oliveira (1990) para mobilizar a composição do nacional na Primeira República.

Palavras-chave: Ademar Vidal, imprensa, intelectual e Paraíba.

[1] Doutoranda em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista: CAPES. joednnarodrigues@gmail.com

Viver do trabalho e escapar da polícia:
saúde pública, religiosidade e repressão aos trabalhadores urbanos no Rio de Janeiro (1895-1929)

Lohanne Coelho Toloto [2]

A presente pesquisa tem por objetivo analisar as identidades de trabalhadores que, além de atuarem no mercado urbano do Rio de Janeiro republicano, atuavam, paralelamente, como lideranças religiosas de cultos afro-brasileiros. Nesse sentido, ao articularmos processos judiciais e inquéritos policiais, salvaguardados no Arquivo Nacional, com as políticas públicas vigentes da época, como o Código Penal de 1890 e a Constituição de 1891 – fontes que orientam a pesquisa -, perpassamos pelas questões que envolvem saúde pública, religiosidade e repressão policial que fizeram parte da experiência desses trabalhadores. Assim, a partir de uma abordagem interseccional, que articula nacionalidade, classe, raça e gênero (Davis, 2016; Scott, 1995), e em conjunto com o olhar da história translocal (De Vito, 2015), pretendemos articular os campos de estudos da História do Trabalho e do Pós-Abolição, uma vez que a questão cultural (aqui, materializada na questão religiosa) não se dissocia do âmbito laboral. Como referencial bibliográfico, apoiamo-nos em pesquisas que articulam os embates sobre assistência à saúde, práticas de cura, repressão policial e relações culturais (Sampaio, 2007; Possidônio, 2020; Pimenta, 2022, Pereira, 2020). Dado o exposto, busca-se ampliar o entendimento sobre a reorganização do trabalho no pós-Abolição, destacando a atuação desses trabalhadores frente ao controle social, politicas higienistas e perseguições policiais que caminharam lado a lado nas estratégias de manutenção da ordem republicana.

Palavras-chave: Políticas públicas; cultura popular; repressão policial.

[2] Mestranda em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). lohannecoelho.puc@gmail.com

Cobre, progresso e imaginário desenvolvimentista:
cultura política em Picuí/PB durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

Evilly Milly dos Santos Pereira [3]

O presente trabalho tem como objetivo analisar de que forma foram construídas as representações sobre as jazidas de cobre de Picuí/PB, localizadas no Seridó Paraibano, inserindo-as em uma cultura política de projetos desenvolvimentista, que vislumbrava um cenário de crescimento econômico e modernização regional durante o contexto da Segunda Guerra Mundial. Conforme Gomes (2010), no início do século XX, especialmente durante a vigência do Estado Novo, consolidou-se no Brasil um projeto de progresso nacional e modernização baseado na exploração dos recursos minerais, no avanço industrial e na integração do território nacional. A pesquisa ampara-se teoricamente na concepção da Nova História Política de René Rémond(1994), que compreende a política como um vetor determinante das relações sociopolíticas e das relações de poder, ultrapassando a dimensão estritamente partidária. Nessa perspectiva, mobilizam-se também os conceitos de Serge Berstein (1998), especialmente sua compreensão de cultura política como um conjunto de valores, crenças e representações compartilhadas que orientam a ação dos grupos sociais, as relações de poder e a organização da sociedade.No caso deste trabalho, tais elementos são analisados a partir do ideário desenvolvimentista brasileiro, propagado durante o Estado Novo. Metodologicamente, o trabalho utiliza periódicos, compreendidos não como meros reprodutores de informações, mas como importantes fontes históricas para o métier do historiador, conforme destaca Tânia de Luca (2008). Além disso, são analisadas fontes institucionais, como os relatórios do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Por fim, argumenta-se, ainda que de forma preliminar, que as jazidas de cobre picuienses foram transformadas em uma promessa política vinculada ao projeto nacional desenvolvimentista durante a Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Cultura Política; História Política; cobre; desenvolvimento; Seridó paraibano.

[3] Mestranda em História dos Sertões, Programa de Pós-Graduação em História e Culturas Políticas (PPGHC/UFRN). Bolsista: CAPES. evillypereiramest@gmail.com

João Pessoa:
mártir da revolução ou estratégia de golpe? A construção de um símbolo político na crise de 1930

Lindemberg Cavalcante Trigueiro[4]

Este artigo analisa o processo de construção da imagem de João Pessoa como mártir da "Revolução" de 1930, investigando de que maneira seu assassinato foi apropriado politicamente pelos grupos ligados à Aliança Liberal e incorporado às narrativas que legitimaram a deposição de Washington Luís e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Partindo da compreensão de que os acontecimentos históricos adquirem significados políticos por meio de disputas de representação, o estudo busca compreender como um crime inicialmente vinculado a conflitos políticos e pessoais na Paraíba foi transformado em símbolo nacional da crise da Primeira República. A pesquisa dialoga com as interpretações de Boris Fausto (1995) sobre a "Revolução" de 1930, com as contribuições de Maria Helena Capelato (1989) acerca da imprensa e da propaganda política, e com os estudos de Tânia Regina de Luca (2005) sobre a utilização dos periódicos como fontes históricas e de Marialva Barbosa (2007) e Ana Paula Goulart Ribeiro sobre a produção de representações na cultura política. Metodologicamente, fundamenta-se na análise de fontes jornalísticas produzidas entre julho e outubro de 1930. Argumenta-se que a construção simbólica de João Pessoa como mártir desempenhou papel fundamental na mobilização política que antecedeu a chamada Revolução de 1930, contribuindo para a legitimação da ruptura institucional e para a consolidação de uma narrativa favorável ao movimento liderado por Vargas.

Palavras-chave: João Pessoa; Imprensa; Crise de 1930.

[4] Mestrando em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco (PPGH-UFRPE). Lindembergtrigueirobx2@gmail.com

Municipalismo-emancipacionista e Comissões Emancipacionistas no Rio Grande do Sul (1988-1996)

Vítor Mateus Viebrantz [5]

A promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989 inaugurou um novo ciclo de criação de municípios, estabelecendo os fundamentos jurídicos que possibilitaram a multiplicação dos processos emancipacionistas ao longo da década de 1990 no estado sulino. Nesse contexto, as Comissões Emancipacionistas assumiram papel central na condução dos pedidos de emancipação, articulando interesses locais, produzindo documentação, organizando consultas plebiscitárias e estabelecendo interlocução com os diferentes níveis da administração pública. Esta comunicação propõe analisar as Comissões Emancipacionistas como agentes políticos inseridos no municipalismo-emancipacionista (1988-1996). Interessa compreender como a legislação não apenas regulamentou os procedimentos emancipatórios, mas também produziu mecanismos de legitimação política ao definir competências, atribuições e formas de representação que conferiram autoridade às comissões perante as comunidades locais e o Estado. A análise concentra-se no arcabouço normativo constituído pela Constituição Federal de 1988, pela Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, pelas leis complementares estaduais que disciplinaram as emancipações municipais e pelos dispositivos que regulamentaram a organização e a atuação das Comissões Emancipacionistas. A investigação busca compreender como esse conjunto normativo produziu as condições de legitimidade que possibilitaram às comissões atuar como representantes das comunidades interessadas na emancipação, delimitando suas competências, atribuições e formas de reconhecimento político ao longo dos processos, entendendo as emancipações municipais como produção política. A partir desse percurso, a comunicação discute as Comissões Emancipacionistas como agentes políticos constituídos no interior do municipalismo-emancipacionista, considerando as relações de poder que atravessaram sua atuação e os mecanismos de legitimação produzidos pela legislação. Ao deslocar a atenção para essas organizações, o trabalho pretende contribuir para a História Política das emancipações municipais, tomando a produção histórica da legitimidade e da representação política local como problema de investigação.

Palavras-chave: Comissões Emancipacionistas; História Política; Municipalismo-emancipacionista.

[5] Mestre, graduado e doutorando em História, Universidade de Passo Fundo (UPF). Bolsista: PROSUC/CAPES. 171405@upf.br

A construção do "Brasil Novo":
modernização da imprensa no Piauí e a censura no período varguista (1930-1945)

José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior [6]

Este artigo tem como objetivo analisar o processo de modernização implementado na imprensa piauiense e os mecanismos de controle exercidos pelo poder varguista no Piauí (1930 – 1945). Visando atender os objetivos da pesquisa, usou-se uma multiplicidade de fontes, como os jornais Diário Oficial, Gazeta, Monitor Comercial e O Piauí. No que tange a imprensa e ao período varguista, utilizou-se as obras de Marialva Barbosa (2007), Maria Helena Capelato (1999) e Thamyres Oliveira (2016), que auxiliaram nas reflexões sobre a propaganda política no período e a censura praticada pelos agentes do poder varguista. Observou-se que o governo nacional disseminou forte apararato de controle para os estados da federação, como foi o caso do Piauí. Dentro desse cenário modernizador brasileiro, em que consta a criação do Departamento Estadual de Propaganda – DIP, houve uma intensa campanha patriótica para celebrar as figuras do presidente Getúlio Vargas e do seu poder político por todo o país. Em território piauiense foi criado o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – DEIP, que disseminava uma propaganda positiva do presidente e do interventor Leônidas de Castro Melo na imprensa local. Esse mesmo departamento ficava responsável por exercer forte controle sobre as publicações que circulavam em território piauiense e se essas notícias estavam alinhadas ao projeto político varguista. Nesse sentido, notou-se que a imprensa piauiense nutria profundos vínculos com a proposta política do presidente em disseminar uma imagem de país unido e coeso em torno das pretensões do regime. Entretanto, percebe-se posturas dissonantes que ecoaram nos períodicos ou que sofreram as sansões da época por não se enquadrarem nas normativas getulistas.

Palavras-chave: Período varguista; Modernização; Imprensa; Censura; Piauí.

[6] Doutor em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí (UFPI). Universidade Estadual do Piauí (UESPI). josejunior@srn.uespi.br

Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, o(s) ISEB(s) e a questão da retomada da cultura brasileira (1958-1962)

Francisco Berdaky Gerlach[7]

Esta pesquisa surge a partir de estudos sobre cultura e identidade nacional durante a Quarta República Brasileira (1945 – 1964). Aprofunda-se nas formulações sobre esses temas enquanto desenvolvidos pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em específico por dois de seus membros, o filósofo Roland Corbisier (1914-2005) e o historiador Nelson Werneck Sodré (1911-1999). Dividindo a história do instituto em duas fases, uma inicial juscelinista e com viés nacional-desenvolvimentista (1955-1961) e outra marxista-leninista e defensora das reformas de base propostas por João Goulart (1961-1964), entende-se que é uma constante entre as duas fases a rechaça ao colonialismo e imperialismo perpetrado de forma direta e indireta pelo EUA e pela Europa em território latino-americano, assim como a importância da confluência entre o "popular" e o "nacional" para a elaboração de uma cultura "verdadeiramente" nacional, embora ocorram divergências teóricas importantes sobre os significados exatos dos termos apresentados. Essas divergências advém ainda da posição que cada pensador ocupava nesse debate, tanto no próprio instituto como na sociedade em geral; Corbisier era um filósofo paulista que vinha cada vez mais se aproximando do debate sobre a realidade material do país após anos de negligência com essas questões, enquanto Sodré era parte das Forças Armadas e ocupava um papel destacado na militância e no debate sobre o comunismo no país. Portanto, a partir do livro "Formulação e Problema da Cultura Brasileira" (1958), de Corbisier, e o texto "Quem é o Povo no Brasil?" (1962), publicado por Sodré nos Cadernos do Povo Brasileiro, pretende-se responder as seguintes perguntas: de que maneira a cultura brasileira foi tratada pelos autores nas diferentes fases do ISEB? Qual a relação entre as ideias propagadas e a construção do Estado brasileiro nas respectivas fases do instituto? De que forma a noção de povo é trabalhada pelos autores? Dessa maneira, é possível traçar a maneira como ideias sobre o desenvolvimento nacional circulavam, levando em conta ainda os espaços que esses intelectuais ocuparam nesse debate.

Palavras-chave: Cultura; ISEB; Desenvolvimento; Intelectuais; Estado

[7] Mestrando, Universidade Federal do Paraná (UFPR). francisco.gerlach@ufpr.br

A materialidade dos impressos:
os periódicos no município de Campanha/MG no século XX

Josiane de Paula Nunes[8]
Syang de Paiva Donisete[9]

A imprensa periódica constitui-se em uma vasta e importante fonte para a compreensão das dinâmicas políticas, culturais e sociais de uma determinada sociedade. Nessa direção, este trabalho analisa os periódicos publicados na cidade de Campanha, Minas Gerais, entre 1901 e 1985. Partindo da compreensão da imprensa como fonte e objeto de pesquisa, busca-se identificar jornais e revistas em circulação, bem como examinar suas materialidades e a circulação de ideias para além do eixo Rio–São Paulo.

Com ênfase na análise da materialidade e dos aspectos gráficos, tipográficos e editoriais, busca-se compreender os elementos centrais do contexto de produção e das dinâmicas locais de comunicação, identificando elementos como formato, periodicidade, número de páginas, diagramação, caricaturas e fotografias. Ao realizar esse levantamento, torna-se possível mensurar a relevância da imprensa local, evidenciada tanto pelo número expressivo de impressos quanto pelo engajamento político dos redatores e editores dos jornais em circulação.

O referencial teórico-metodológico articula pressupostos da Nova História Política e da História Cultural, privilegiando o estudo das práticas de produção e circulação dos impressos. Cabe enfatizar que o conjunto documental analisado encontra-se, em sua maior parte, disponível para consulta no Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort. Atualmente, a instituição, sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, é responsável pela salvaguarda de ao menos um exemplar da quase totalidade dos jornais produzidos no município ao longo dos séculos XIX e XX.

Tal acervo constitui-se como fonte fundamental para o desenvolvimento de pesquisas sobre a história local e regional, assegurando a preservação da memória impressa e o acesso público a documentos centrais para a compreensão do sul de Minas Gerais. Nesse sentido, o estudo e a ampla divulgação desses periódicos revelam-se etapas essenciais para potencializar o uso acadêmico do acervo, ampliar sua visibilidade e garantir a democratização do acesso às fontes históricas.

Palavras-chave: Materialidades; periódicos; Campanha/MG.

[8] Profa. Dra., Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Campanha. josiane.nunes@uemg.br

[9] Graduanda em História, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Campanha. Bolsista: PAPq/UEMG. Syang.241209844@discente.uemg.br

II ENEHISP

PPGH Unimontes
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LAPPS ufjf
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL



Grupo de
Estudos e Pesquisa do
Pensamento Autoritário